

DO TERRITÓRIO À DESTERRITORIALIZAÇÃO: O CASO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE CANA BRAVA (GO)

Raquel de Lucena Oliveira¹

Resumo: A opção pela utilização da hidroeletricidade no Brasil corresponde um dos marcos da década de 1950, período no qual, o país começa a privilegiar investimentos na construção e instalação de Grandes Projetos Hidrelétricos com a finalidade de solucionar o problema de carência de energia elétrica do país. Contudo a implantação de grandes barragens implica sérios problemas ambientais e sociais para as regiões que hospedam tal empreendimento. Além dos clássicos impactos ambientais gerados como; desmatamento, mudança do clima, do curso original dos rios e destruição da biodiversidade, a construção de grandes barragens provoca o deslocamento compulsório de um grande contingente de famílias que vêm sua condição de sobrevivência ameaçada e sua condição social desestruturada. Desta forma, neste artigo, nos propomos a discutir o processo de desterritorialização sofrido por essas famílias ribeirinhas, que em determinado momento histórico vêm suas terras ameaçadas e efetivamente tomadas pela construção de uma usina hidrelétrica, em nosso caso específico, pela Usina hidrelétrica de Cana Brava (GO). Para tanto analisamos as comunidades mais prejudicadas no curso deste processo, como: a comunidade de Vila Vermelho e o povoado do Limoeiro, localizados no Município de Cavalcante (GO), e a comunidade de Vila Buriti, localizada no Município de Minaçu (GO). Como conclusões preliminares percebemos que as pessoas que residiam fora da área de influência direta do projeto, como foi o caso das famílias estudadas nessas comunidades, foram tão ou até mais afetadas quanto as pessoas que residiam na área do projeto. Por esse motivo, a política de reassentamento do BID está longe de se adequar às necessidades reais das famílias atingidas por barragens, visto que sua política de reassentamento só abarca as famílias residentes na área de influência direta do projeto.

Palavras-chave: Território, desterritorialização, exclusão e desenvolvimento regional

1. Introdução.

O sistema elétrico brasileiro apresenta como particularidade grandes extensões de linhas de expansão e um parque produtor de geração predominantemente hidráulica. A opção pela utilização desse tipo de energia corresponde um dos marcos da década de 1950, período no qual, o Brasil começa a privilegiar investimentos na construção e instalação de Grandes Projetos

¹ Acadêmica de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Bolsista de Iniciação Científica do laboratório ETTERN do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. Endereço eletrônico r.luccena@gmail.com

Hidrelétricos objetivando solucionar o problema de carência de energia elétrica do país.

No curso desta mesma década, a parcela energética produzida pelo país que correspondia à energia hidrelétrica já representava cerca de 82% da capacidade instalada, 1.536MW gerados por 1.089 hidrelétricas. Entretanto, é no período de 1970/1996 que se configura um horizonte crítico para o setor elétrico. Profundas transformações na estrutura produtiva e no grau de urbanização experimentados pelas cidades mais importantes do país geraram um aumento do consumo brasileiro de energia elétrica em taxas elevadas e bem superiores às da população.

Como o setor elétrico brasileiro não dispunha dos recursos financeiros necessários para o aumento da produção de energia, uma vez que os Governos estadual e federal haviam esgotado sua capacidade de financiamento e endividamento, passou-se a utilizar investimento privado. Um cronograma rigoroso de implantação de unidades geradoras, com datas firmes de entrega em operação e que exigia valores de investimentos, neste mesmo período, foi implementado.

Atualmente, a maior parte do mercado consumidor de energia elétrica concentra-se nas regiões sul e sudeste, as mais industrializadas do país. São, nestas duas regiões, que é possível perceber, de forma mais intensa, os efeitos da construção e instalação desses projetos hidrelétricos. Além dos clássicos impactos ambientais gerados, empreendimentos do gênero representam a perda de terras por um grande contingente de famílias, aumento das invasões de áreas e saída do povo do campo em busca da fantasia dos empregos gerados pela barragem, aumento da pobreza, aumento dos fluxos migratórios para as cidades e desestruturação social, econômica e ambiental de famílias rurais, indígenas e ribeirinhas.

Neste ensaio, busca-se reunir elementos que contribuam para a reflexão acerca do processo de desterritorialização relacionado à implantação de grandes barragens, mais especificamente a barragem de Cana Brava, construída no Estado de Goiás. Contudo, de início é feito um apanhado geral sobre as implicações da implantação de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) na

escala regional. Mais adiante, pretende-se, de maneira sintética, definir que tipo de território compreende o território dos atingidos por barragens. Já que antes mesmo de entender como esse processo de desterritorialização ocorre, precisamos esclarecer a que noção de território estamos nos referindo para depois enfatizarmos o seu “desaparecimento”.

Em seguida passamos ao objetivo central que é a discussão acerca do processo de desterritorialização e exclusão social a luz dos atingidos por barragens. Para ilustrar esta discussão, utiliza-se o estudo de caso da barragem de Cana Brava, com contribuições importantes de nosso trabalho de campo realizado no município de Minaçu, onde a barragem se encontra instalada. Por fim, como considerações finais e convite ao debate, tentam-se identificar elementos que possam subsidiar novas visões relacionadas à política energética no país, bem como sua relação com o legítimo desenvolvimento regional.

2. Grande Projeto de Investimento (GPI): Um Novo Padrão de Planejamento Territorial

A integração nacional transformou o território (nacional) numa amálgama de microlocalizações subordinadas ao centro, ou seja, reduziu a apropriação territorial a diversos programas especiais e pólos de desenvolvimento que, a princípio, se apresentavam como planos de desenvolvimento das regiões receptoras dos pólos. Entretanto, na verdade, não é a região que recebe o pólo, e sim o pólo que define as novas regionalizações. Espaços micro ou mesoregionais que desconhecem os padrões socioeconômicos e ambientais a sua volta, sendo percebidos apenas a partir de sua dimensão econômica, atribuída segundo as prioridades do centro. Segundo ARAÚJO e VAINER:

“Frente a cada setor produtivo, a cada agência setorial, não se apresentam mais as regiões, mas um espaço (integrado) diferenciado de localizações de investimentos e projetos, um conjunto de pontos que não se individualizam senão pelo potencial que oferecem para a conquista econômica” (ARAÚJO; VAINER, 1992, p.31).

Tal perspectiva de desenvolvimento se insere nos marcos da era dos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) que surgem a partir de então. Deste modo, o grande investimento setorial passa a prevalecer, e a dimensão regional, que já havia sido transformada em micro e mesoregional pelos programas especiais, definitivamente desaparece. A partir de agora, são os grandes projetos os principais geradores de novas “regiões”², assim chamadas pelas empresas e agências setoriais responsáveis pela promoção do investimento. Assim temos: a região de Carajás, a região de Sobradinho, a região da Aracruz-celulose e muitas outras que se formam a partir de grandes pólos de desenvolvimento instalados no país.

O GPI, portanto, torna-se um legítimo ordenador do território para benefício exclusivo do empreendimento e, sob esta perspectiva, o espaço é apreendido e ordenado para a execução da obra. A região, o meio ambiente, a dimensão política e econômica, tudo passa a ser percebido a partir do GPI, tendo, desta forma, que se enquadrar a sua lógica e a sua necessidade. Em síntese, o espaço deve ser planejado para que a inserção do GPI ocorra da forma mais eficiente possível, ou seja, se pensarmos na dimensão econômica, a implantação do GPI deve garantir o custo mínimo. Se pensarmos no viés ambiental, o meio ambiente não deve oferecer nenhum risco ao GPI, algo que comprometa sua realização, e assim por diante (ARAÚJO; VAINER, 1992).

Deste modo, os GPIs vão consolidar recursos naturais e humanos em diversos pontos do território, respondendo a decisões construídas em espaços bem distantes e alheios aos das populações e das localidades próximas à grande obra. Vão se tratar de verdadeiros enclaves, já que não nascem a partir do desenvolvimento da região que os abriga, ou seja, de suas forças sociais, políticas e econômicas, mas são implantados a partir de forças exógenas que respondem à lógica exclusivamente econômica de centros hegemônicos nacionais e até mesmo internacionais (ARAÚJO; VAINER, 1992).

² O termo região, na verdade refere-se a espaços submetidos ao planejamento e a gestão da empresa ou da instituição promotora do grande projeto. Em muitos casos, esta administração é feita de forma informal.

Além de grande parte da riqueza produzida por este novo padrão de apropriação e planejamento territorial não beneficiar a região de implantação do empreendimento, visto que a maior parte dos benefícios gerados são consumidos em outros lugares³, os GPIs, ainda engendram vários efeitos negativos no espaço em que se instalam. Se analisarmos os efeitos dos grandes aproveitamentos hidrelétricos, formato típico de GPI privilegiado por este artigo, encontraremos inúmeras implicações negativas na esfera regional.

A começar pelo deslocamento compulsório que tais empreendimentos hidrelétricos provocam, cabe lançar alguns dados para reflexão. Segundo a Comissão Mundial de Barragens – CMB⁴, no Brasil, já foram construídas aproximadamente 2.000 barragens, atingindo cerca de um milhão de pessoas. Até 2015 o governo federal prevê a construção de mais 494 usinas hidrelétricas, estimando-se a expulsão de 800 mil pessoas de suas terras. Esta grande quantidade de pessoas que se vêem obrigadas a abandonar suas terras para dar lugar a imensos reservatórios e canteiros de obras, acabam transformando-se numa imensa massa de desempregados, sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida com o advento do tão proclamado “progresso para região”. Neste contexto, cabe questionar: A quem na verdade se direciona os frutos desse progresso e onde pode ser espacialmente percebido?

Mesmo com a promoção de reassentamentos em alguns empreendimentos, dependendo muitas vezes da capacidade de organização, luta e resistência da

³ Cabe citar a construção de grandes hidrelétricas que, em muitos casos, têm sua energia consumida em outras regiões e até mesmo em outros países, que não os que abrigaram o grande projeto. A UHE Itaipu, construída na região Sul do país, por exemplo, tem a maior parte de sua energia produzida consumida no Paraguai.

⁴ A CMB foi criada em 1998, após encontro realizado na Suíça que reuniu representantes das várias partes envolvidas na instalação de barragens: integrantes de governos, empresas construtoras de barragens, ambientalistas e movimentos de comunidades atingidas por barragens. A Comissão é ligada ao Banco Mundial e à União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), que reúne 111 agências governamentais, mais de 800 ONGs e cerca de 10 mil cientistas e especialistas de 181 países. Como fruto dessa articulação, a CMB tem o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em todo o mundo. O debate, que durou aproximadamente três anos, resultou na elaboração de um relatório final, que visa verificar a eficácia das represas para o desenvolvimento e estabelecer critérios internacionais que apontem um novo modelo para tomada de decisões sobre o assunto.

população atingida⁵, um número expressivo de pessoas acaba se dirigindo para os grandes centros urbanos na esperança de reconstruir uma vida melhor com a indenização recebida pela empresa construtora. No caso de Cana Brava, Usina Hidrelétrica construída no Estado de Goiás, os atingidos indenizados por carta de crédito receberam apenas cinco mil e trezentos reais. Como se espera encontrar a situação desses atingidos hoje, após cinco anos de inauguração da hidrelétrica?

A tão proclamada geração de empregos que, em muitos casos, serve como justificativa para a construção do empreendimento hidrelétrico, mobiliza grande contingente de trabalhadores na etapa da obra civil, contudo após sua conclusão, a maior parte da mão-de-obra, principalmente a não qualificada, é dispensada, e a região que recebeu um grande afluxo de imigrantes por conta do aumento temporário da oferta de emprego, transforma-se num verdadeiro caos. Os núcleos urbanos das áreas de influência do grande projeto começam a ter que conviver com realidades totalmente diferentes das que estavam acostumados. Aumentam os índices de criminalidade, marginalização, mendicância, e favelização, além de outros problemas, caracterizando um processo de profunda degradação das condições econômicas e sociais da região que hospeda o novo empreendimento.

Com o aumento populacional em espaços urbanos não equipados e preparados para receber tanta gente, as prefeituras e os governos estaduais não conseguem suprir as carências de serviços básicos que passam a emergir, como: habitação, saneamento básico, transporte, educação, segurança e saúde, instaurando um quadro de calamidade pública. Agravando tal situação, o grande projeto implementado ainda reduz eficazmente a esfera de decisão e ação dos poderes local e regional. As pequenas municipalidades e governos estaduais passam a ter restrito poder de negociação frente aos grandes grupos empresariais (estatais e privados) promotores do empreendimento. De fato, verdadeiros territórios sob a jurisdição do grande projeto se formam a partir de um processo

⁵ Depoimentos de atingidos pela barragem de Barra Grande no rio pelotas, na fronteira dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ressaltam a importância da resistência e da luta em prol da legitimação de seus direitos. Segundo os mesmos, sem a organização dos atingidos, jamais teriam conseguido ser reassentados. Estes depoimentos podem ser vistos no filme *Grande Barra* de Anna Ramos Milanez, Lucas Nascimento e Marco Antônio Nunes, produzido por Anna Ramos Milanez, Graciele Machado, Juliane Bortolotti, disponível no site: www.premavi.com.br

garantido e patrocinado pelo centro hegemônico (nacional ou internacional) que se apropria de determinados espaços, suas dimensões tanto políticas quanto econômicas, e os submetem a sua própria lógica, ao seu padrão de desenvolvimento e a sua forma de exercício de poder. O que se observa é uma proliferação de enclaves econômicos e políticos e a exclusão do regional como objeto principal de análise para a promoção do desenvolvimento.

3. O Território em Disputa

Se o território, por sua vez, é configurado sempre a partir de relações de poder, relações sociais de poder, sejam elas de indivíduos ou grupos sociais que se relacionam entre si, então, o território se encontra sempre inserido num campo de disputas. O convívio de suas múltiplas territorialidades vai sempre implicar disputas e lutas entre as diversas forças sociais presentes, que vão buscar, desta forma, sua legitimidade. Nas palavras de ZAMBRANO, “*o território se conquista*”, ou seja, é a “*luta social convertida em espaço*” (ZAMBRANO 2001 apud HAESBAERT ,2005).

Para ROBERT SACK (1986), o surgimento de um território vai estar sempre associado ao controle de uma área, este controle, contudo, pode adquirir diversos níveis de intensidade, pois vai depender de dois aspectos fundamentais: primeiro, do seu tipo, se é um controle mais funcional ou mais simbólico; segundo, dos sujeitos que o promovem, se é a grande empresa, o Estado, ou grupos sociais locais.

Sendo assim, tomando o território como algo que se conquista ou se controla, cabe, a partir de agora, analisar o território sob a luz dos movimentos sociais, bem como, a partir das lutas travadas por diferentes grupos sociais e instituições na busca pela legitimação de suas respectivas territorialidades. Para isso, utilizaremos as contribuições do antropólogo colombiano Zambrano, que a partir da turbulenta realidade sócio-política da Colômbia, desenvolve um estudo

bem interessante, associando os movimentos sociais e a luta de diversos agentes sociais à formação de múltiplos territórios.

Segundo Zambrano a perspectiva territorial é marcada pela percepção de diversos atores sociais. Geralmente as visões dos residentes, que se expressam na organização social, nas formas de parentesco e na forma de uso do espaço, confrontam-se com as visões de atores sociais alheios aos contornos territoriais locais como, por exemplo, o Estado, as guerrilhas, as ONGs, entre outros. Isto acontece porque no âmbito político o sentimento de pertencimento engendra um sentido de domínio sobre o lugar e tal sentido estimula o aparecimento de formas de autoridade e tributações sobre o espaço, configurando, desta forma, a real perspectiva territorial (ZAMBRANO 2001 apud HAESBAERT, 2005).

Em outras palavras, o território é uma arena na qual distintas representações de relações políticas, ou seja, de poder, estão em constante luta pela legitimação de suas ações de domínio. Por esse motivo é que podemos encontrar em cada território diversos sentidos de domínio que vão variar no tempo, no espaço e de acordo com o ator social que se manifesta, deixando suas marcas no espaço.

O território se configura, portanto, por uma disputa de territorialidades distintas, pois, é possível que apareça no mesmo local várias jurisdições com fronteiras difusas e não necessariamente físicas em constante tensão. Essas múltiplas jurisdições ou territorialidades, como queira, vão produzir formas bem particulares de identidade territorial. Sendo assim, convivendo no mesmo espaço, e alimentando as lutas pelo território, podem coexistir jurisdições guerrilheiras, municipais, indígenas, judiciais e eclesásticas, em constante disputa pela legitimação de seu “espaço vivido”, ou seja, de seu território.

É sob essa perspectiva que se manifesta o território dos atingidos por barragens. Território configurado a partir de múltiplas territorialidades convivendo no mesmo espaço, é um território composto por diversos agentes sociais que desempenham papéis bem distintos na sociedade, e desta forma, estabelecem com o espaço vínculos culturais, simbólicos e ideológicos particulares. São,

geralmente, agricultores, pescadores, mineradores, comerciantes, além de grupos indígenas, quilombolas, dentre outros, que em determinada etapa do processo de acumulação capitalista, vêem seu território ameaçado pela apropriação ou de fato apropriado pelo Estado (ou por empresas privadas, nacionais e multinacionais em épocas mais recentes) para a construção de hidrelétricas.

Trata-se, portanto, de um território em disputa, pois encerra uma luta contínua entre os diversos agentes sociais atingidos pela barragem construída ou em via de construção, e a grande empresa promotora do empreendimento. Um duelo permanente entre a preservação do direito a habitação, ao emprego e ocupação, bem como a manutenção dos valores simbólicos, imateriais, construídos no curso de gerações e a transformação homogeneizadora promovida pelo empreendimento hidrelétrico. Em outras palavras, um confronto entre duas concepções bem diversas de território: o território múltiplo dos atingidos por barragens e o território como recurso, exclusivamente material, dos grandes centros capitalistas.

Feito essa breve análise sobre o território dos atingidos por barragens podemos passar ao tópico seguinte, que vai desenvolver o processo de desterritorialização sofrido por este grupo social.

4. Desterritorialização e Exclusão Enquanto Processo

De início, é importante lembrar que o termo desterritorialização tem sido utilizado por diversos autores para caracterizar processos de dimensões extremamente diversas. Tanto no campo econômico, quanto no campo político e cultural podemos encontrar contribuições acerca deste tema, contudo privilegiaremos nesta monografia a dimensão social. Ou seja, antes de associarmos esta noção à desmaterialização de determinados elementos de um território, à dissolução das distâncias pela compressão espaço-tempo proposta por HARVEY (1989), ou à deslocalização de empresas, como muitos já o fizeram, pretendemos apreender este termo como resultado de um processo de exclusão

social, na verdade como um processo de exclusão sócio-espacial promovido por um sistema altamente concentrador existente nas sociedades contemporâneas.

“Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca ‘total’ ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2004, p.312).

Deleuze e Guattari mencionados por HAESBAERT (2002), já apontavam para essa relação indissociável existente entre desterritorialização e reterritorialização, pois o movimento de desterritorialização será sempre acompanhado do movimento de reterritorialização, já que não é possível a ocorrência de uma desterritorialização plena ou total de um indivíduo ou grupo social. Isto só seria possível se este processo fosse tratado como uma situação estanque, na qual apenas fosse analisado parte do processo, do movimento, e não o fenômeno como um todo que, na verdade, se desenvolve num contínuo.

Entretanto, mesmo reconhecendo essa indissociação, podemos encontrar situações bem diversas, na qual o indivíduo ou grupo social se encontra “territorializado” de forma funcional e concreta, na medida em que se encontra de fato territorializado em outro espaço, porém desterritorializado de seus valores simbólicos e culturais, e vice-versa. A primeira situação é bastante comum no caso dos atingidos por barragens. Quando são reassentados, “ganham” terras, moradias novas, ou mesmo quando se mudam por conta própria, se reterritorializam em sentido material, funcional, mas permanecem desterritorializados em sentido simbólico, espiritual, pois a maioria perdeu terras e benfeitorias de seus ascendentes, locais ricos em culturas, signos e símbolos

passados de geração em geração, configurando uma verdadeira identidade territorial que se perde com o enchimento do lago e o alagamento dessas terras ricas em tradições e modos particulares de exercício da existência.

Buscando atingir uma dimensão geográfica, ou seja, espacial desse processo de desterritorialização, vamos associá-lo aos processos mais extremos de exclusão social, pois, desta forma, será possível expressar com mais propriedade essa situação de “territorialização precária” a qual estamos associando os grupos atingidos por barragens. Em outras palavras, trataremos a desterritorialização desse referido grupo como um processo gerador de “aglomerados humanos de exclusão.” *“Espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão”* (HAESBAERT, 1997, p.148).

Estamos partindo do pressuposto de que toda exclusão social é em algum nível uma exclusão sócio-espacial e, desta forma, também uma exclusão territorial, ou seja, desterritorialização no seu sentido mais pujante e estrito. Sendo assim, trataremos a desterritorialização como *exclusão, privação e/ ou precarização do território enquanto “recurso” ou participação (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade* (HAESBAERT, 2004, grifos do autor).

Cabe, entretanto, fazer uma ressalva importante antes de adentrarmos para a análise do nosso objetivo principal, que é associar este tipo de desterritorialização, já brevemente explicitada, ao caso dos atingidos por barragens. Assim como não há desterritorialização absoluta, visto que um indivíduo ou grupo social, não importando o processo ao qual vão estar inseridos, vão inevitavelmente se fixar em algum outro espaço e desta forma, territorializá-lo, também não há uma situação de completa exclusão social.

Nas palavras de Martins:

“Rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e

econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações (...) constituem os imponderáveis de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando" (MARTINS, 1997, p.14).

Segundo as idéias de MARTINS (1997), a noção de exclusão trabalhada nesta monografia deve ser percebida a partir da idéia sociológica de *processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização)*, e não como um estado ou uma situação fixa de um determinado agente ou grupo social. Discutindo a exclusão enquanto processo, lançamos para debate e análise o que esta noção tem de mais relevante, ou seja, a inclusão precária e instável que dela decorre, formas pobres e, na maioria das vezes, insuficientes de inclusão, resultantes de uma dinâmica capitalista cada vez mais concentradora de recursos.

CASTEL (1998) afirma que em se tratando de exclusão não existem duas posições claramente definidas de incluídos e excluídos, o que existe é uma amálgama de diversas posições que coexistem e interferem umas nas outras. Segundo ele:

"A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, malcuidadas, mal consideradas etc." (CASTEL, 1998, p.569).

Feito essas considerações, podemos passar ao próximo item que pretende definir melhor o conceito de aglomerados de exclusão e sua associação com o caso dos atingidos por barragens.

4.2 – Os Aglomerados de Exclusão e sua Associação ao Caso dos Atingidos por Barragens

Percebemos os aglomerados de exclusão, como reflexo de situações de intensa instabilidade, decorrentes de condições extremamente precárias de sobrevivência que na maioria das vezes, provocam constantes movimentos, ou seja, fluxos migratórios, mobilidades perenes e sem direção definida. A situação da população excluída, que vai compor os aglomerados, é tão crítica que, muitas vezes, acabam por formar uma grande massa sem uma clara função social definida.

Se observarmos os atingidos por barragens e, mais especificamente o caso dos atingidos pela barragem de Cana Brava, no norte de Goiás, iremos notar claramente essa situação. Somente a título de ilustração, visto que este caso será melhor explicitado e analisado no capítulo seguinte, podemos lançar aqui como exemplo a imensa massa de garimpeiros da região próxima a Minaçu, município afetado pela construção da referida barragem, que ficou desempregada em decorrência do alagamento das margens do rio Tocantins e de seus pequenos afluentes, como o rio São Félix e o rio Carmo. Com o fim desta atividade, muitos garimpeiros perderam sua principal forma de sobrevivência, e agora relatam sua dificuldade em encontrar outra atividade que possam executar e prover o sustento de suas famílias. Muitos ficaram sem renda fixa e trabalham atualmente como biscateiros, executando funções das mais diversas.

Um dos nossos entrevistados em nosso trabalho de campo no município de Minaçu, chegava a ganhar cerca de 245 reais por semana pegando 7g de ouro, hoje, com a impossibilidade de trabalhar nessa atividade, faz biscates para sobreviver. " *Trabalho por diária, quando consigo e recebo 50 reais. Vivo muito pior hoje porque não tenho mais como trabalhar no garimpo e nem na terra, tinha*

antes os meios de sobreviver, não faltava nada” (ENTREVISTA realizada dia 24/05/2007, com Sr. R, minerador residente no Município de Minaçu).

Assim como “Sr. R, muitos são os atingidos por barragens em todo país que sofrem com uma condição social extremamente precária e incerta. Tal situação social vai compor o que estamos denominando nesta monografia de aglomerados de exclusão, ou seja, espaços a parte, claramente identificáveis e constituintes de uma população que em movimento crescente vai perdendo o controle de seu próprio território, visto que este passa a ser subordinado, cada vez mais, a interesses alheios aos da população que ali se reproduz, transfigurando assim, uma aparente desordem fruto da perda de controle do espaço pelos seus principais “usuários”.

O relato de um integrante do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, sobre a situação dos atingidos pela barragem de Barra Grande construída no rio pelotas, que divide os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ilustra bem essa situação descrita acima :

“As famílias a partir do momento que sabem que vão construir uma barragem, não vão mais plantar um pé de árvore, de arvoredo na sua terra, não vão mais plantar uma palmeira, qualquer fruta, também não vão fazer qualquer melhoria na sua propriedade. E aí eles foram se degradando, até o ponto que quanto mais fraco o colono tiver, mais fácil fica para eles tirarem (se referindo aos funcionários da imprensa construtora, que recebe o direito de desapropriação das terras), já fazem uma política de repressão, de desestruturação, um impacto assim que vem sendo causado ao longo do tempo e que culmina com esse momento do fechamento da obra, aí as pessoas chegam no auge da desilusão, para que investir numa propriedade se você sabe que existe uma lei que protege para desapropriar” (GRANDE BARRA. produzido por Anna Ramos

Milanez, Gracielle Machado e Juliane Bortolotti, disponível no site: www.premavi.com.br)⁶

Por fim, a partir de exemplos como estes, pretendemos reconhecer as diversas manifestações que acabam por incorrer naquilo que estamos denominando aglomerados de exclusão. Desta forma, a noção de aglomerados de exclusão que estamos utilizando, por ser aquela que se associa melhor a condição desterritorializadora dos atingidos por barragens, os quais de forma compulsória deixam ou perdem parte de suas terras, seus empregos e ocupações, em síntese, é aquela que decorre de processos que geram uma inclusão precária ou uma territorialização precária.

No item 5 vamos desenvolver melhor essa idéia de forma mais pragmática, utilizando o caso dos atingidos pela barragem de Cana Brava como forma de ilustrar e respaldar toda a discussão anterior.

5. O Projeto: Dados Gerais sobre Cana Brava

A Usina Hidrelétrica de Cana Brava está localizada no rio Tocantins, na divisa entre os Municípios de Minaçu e Cavalcante, no norte do Estado de Goiás, a aproximadamente 250 Km de Brasília. Ao longo do curso deste mesmo rio também se encontram em operação mais três usinas hidrelétricas: Tucuruí, Serra da Mesa e Lajeado. O projeto de Cana Brava foi implantado pela CEM – Companhia Energética Meridional, empresa vencedora da licitação internacional promovida pela ANEEL⁷ em março de 1998. A potência instalada da usina é de 450 MW, sua linha de transmissão é de 230 KV com extensão de 50 Km, neste ponto ela é conectada a UHE Serra da Mesa, localizada a montante. Sua

⁶ Depoimento retirado do filme *Grande Barra* de Anna Ramos Milanez, Lucas Nascimento e Marco Antônio Nunes, produzido por Anna Ramos Milanez, Gracielle Machado e Juliane Bortolotti, disponível no site: www.premavi.com.br, acessado em 23/03/2007

⁷ ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

barragem possui 66 m de altura e seu reservatório 139 km², acarretando a perda de aproximadamente 127 Km² de terras.

5.1 A Comunidade de Vila Vermelho

As 46 famílias residentes na localidade conhecida como Vila Vermelho, localizada no município de Cavalcante, foram atingidas de uma forma bem particular pela construção da UHE Cana Brava. A formação do reservatório da usina inundou as estradas que davam acesso à localidade, deixando seus habitantes numa situação de completo isolamento. De acordo com relatos de habitantes da localidade, para chegar até Minaçu, cidade mais próxima onde os moradores de Vila Vermelho podem encontrar uma maior variedade de serviços e comércios, precisam agora pegar uma balsa que só passa de hora em hora. Desta forma, a viagem que antes levava aproximadamente 35 minutos, leva hoje mais de duas horas⁸. Em virtude desta situação as condições de vida das famílias ficaram muito ruins, pois àquelas que desempenhavam atividade agrícola no local perderam a possibilidade de negociar a produção excedente devido à dificuldade de escoamento.

A dificuldade de acesso também provocou a diminuição do movimento na vila, o fluxo de pessoas diminuiu consideravelmente, e os poucos comércios que tinham, sentiram a diferença, quase todos estão de portas fechadas hoje. Por mais paradoxal que possa parecer, a vila que perdeu suas estradas de acesso em virtude da construção do reservatório de uma usina hidrelétrica, não possui luz elétrica. A energia existente na vila é fornecida por uma gerador a diesel que garante a iluminação das ruas somente das 19 às 22 horas, bem como de alguns estabelecimentos comerciais e da escola que possuem geradores próprios⁹.

Grande parte dos moradores da comunidade eram não-proprietários e dependiam de uma estratégia de sobrevivência que combinava duas atividades distintas localizadas na área do projeto: o cultivo de subsistência em áreas de terceiros, predominantemente, praticado durante o inverno, e garimpo durante o verão. Por esse motivo, mesmo estando fora da área de influência do projeto, os

⁸ Trabalho de Campo realizado em maio de 2007

⁹ Idem

residentes de Vila Vermelho foram atingidos pela construção da UHE Cana Brava, pois suas oportunidades econômicas foram consideravelmente reduzidas com o enchimento do reservatório e o alagamento de áreas, onde a maioria dos moradores tirava seu sustento e desempenhavam sua função social.

Cabe ressaltar que as oportunidades de emprego perdidas não se restringiram as atividades agrícola e mineradora. Em entrevistas realizadas com moradores locais pôde-se perceber que alguns residentes trabalhavam no comércio, eram proprietários de bar e motoristas de caminhão, como mostra o relato a seguir:

“Antes eu trabalhava como autônomo, tinha minha renda e meu trabalho, tinha um bar na beira do rio e ainda fazia frete com meu caminhão, tirava de 900 a 1.000 reais por mês, a família era muito bem zelada. Depois dessa hidrelétrica perdi todas as minhas mercadorias do bar, minha renda e meu trabalho e agora estou desempregado e doente, não fui indenizado, estou vivendo com cesta básica do MAB ¹⁰ e com 380 reais que recebo do INSS.”
(ENTREVISTA realizada 24/05/2007 com Sr. M, comerciante e motorista de caminhão residente no município de Cavalcante – Localidade de Vila Vermelho).

Para tentar amenizar um pouco essa situação, em julho de 2002 foi assinado um convênio entre o Município de Cavalcante, o governo do Estado de Goiás e a CEM, neste convênio as partes se comprometiam a desembolsar um valor de 1,2 milhão de reais para reassentamento das famílias, construção de habitações, escolas e crédito para o desenvolvimento agrícola (Auditoria Social, 2004 apud PINHEIRO 2007). Entretanto, tal acordo não foi concretizado. Desde a entrada em operação da usina hidrelétrica, as únicas melhorias realizadas em Vila

¹⁰ O MAB de Cana Brava recebe da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 1.350 cestas básicas. A distribuição é feita na sede da secretaria, em Minaçu, para famílias constantes de cadastro realizado pelo Movimento.

Vermelho foram a construção de uma escola primária, a construção de banheiros em algumas residências e a instalação de uma horta comunitária.

5.2 O Povoado do Limoeiro

Também no município de Cavalcante, o povoado designado como Limoeiro foi quase completamente inundado quando do enchimento do reservatório. Este povoado formado por cerca de 40 famílias remanescentes de quilombo eram conhecidos como Calungas e viviam basicamente da pecuária e da agricultura de subsistência. Na comunidade, além das posses individuais de cada família, havia ainda muitas áreas comunais que eram utilizadas como pasto ou para cultivo, conforme a necessidade da comunidade.

Como as águas do reservatório inundaram várias propriedades do povoado, os residentes do Limoeiro foram considerados pela CEM, se muitas discussões, como atingidos pela barragem de Cana Brava, visto que se encontravam diretamente na área de influência do projeto. Neste local, a reparação às famílias mais adotada foi a carta de crédito, rural ou urbana, no valor de R\$ 5.300,00¹¹.

As famílias que optaram por imóveis na área urbana, enfrentavam profundas dificuldades de adaptação ao novo estilo de vida. Agora possuíam mais gastos, tais como luz, água e comida, gastos que não tinham anteriormente, pois o sustento da família era adquirido, em sua maior parte, com o cultivo da terra. Sem a terra para produzir, todos os produtos necessários ao sustento da família teriam que ser adquiridos no comércio.

A carta de crédito garantida como reparação passou a ser o único recurso disponível, uma vez esgotado, as famílias perderam sua fonte de renda. Atualmente, muitas famílias vivem na mais completa miséria e sobrevivem graças às cestas básicas distribuídas pelo MAB. A seguir, os trechos de entrevista realizada com antigo morador do limoeiro, nos permitem entender um pouco melhor a dimensão dos impactos proporcionados pela construção de Cana Brava na vida deste povoado de costumes e heranças tão singulares.

¹¹ As formas de reparação concedidas pela empresa construtora já foram previamente citadas no item 5.1 deste mesmo capítulo.

“Sou descendente dos Calungas, nasci na comunidade do Limoeiro, todos os meus parentes são Calungas. No povoado cada um tinha seu lote e sua casa, e a lavoura era coletiva, também tinha pecuária e mineração. Lá eu era proprietário e também trabalhava como minerador. Trabalhava na roça e no garimpo, o dinheiro do garimpo eu aplicava na fazenda, fazia pasto, cerca e comprava gado. O garimpo dava uma renda muito boa, no período ruim dava 300g por mês, a área era muito rica. Em 1991, quando foi inundado o povoado, não consegui mais ter produção nenhuma, não consegui fazer minha fonte de renda na minha propriedade, a água inundou as terras quase todas, só sobrou mesmo a casa. A atividade de garimpo praticamente acabou na região. Perdemos nossa área de trabalho e os recursos para investir na fazenda.” (ENTREVISTA realizada 26/05/2007 com Sr. F, morador da comunidade quilombola do Limoeiro no município de Cavalcante).

E prossegue o relato:

“Os meus vizinhos estão na mesma situação que a minha, alguns continuaram lá, só ficaram mesmo os que tiveram áreas remanescentes, os que não tinham propriedade e nem uma fonte de renda, foram embora. Antes fazíamos picnic na margem do rio, churrasquinho, onde a gente se reunia com outras famílias, hoje isso tudo se perdeu. Hoje está bem mais difícil, fazemos bico para se manter, ter como se alimentar, hoje a gente ainda produz nos remanescentes, mas só para comer mesmo. O que a gente perdeu não tem retorno, tiraram toda nossa oportunidade de futuro, agora com a idade chegando, a gente tá aqui passando necessidade, só recebi R\$ 5.000, 00 de indenização pela área da propriedade inundada, pela perda da mineração e das outras atividades não recebi nada.” (ENTREVISTA realizada 26/05/2007 com Sr. F,

morador da comunidade quilombola do Limoeiro no município de Cavalcante).

Como podemos perceber a vida da comunidade quilombola do limoeiro foi profundamente alterada pela construção da UHE Cana Brava. Para agravar ainda mais essa situação, descobriu-se em conversas realizadas com alguns residentes do Limoeiro que os dois cemitérios, um de adultos, com aproximadamente 200 corpos sepultados, e um de crianças - *cemitério de anjos* – com 32 corpos, que existiam nas imediações do Limoeiro, foram completamente inundados com o enchimento do reservatório. Demonstrando uma total falta de respeito com os residentes do Limoeiro que possuía em seus cemitérios grande parte de seus ancestrais e descendentes enterrados, A empresa não cumpriu o acordo feito com a comunidade, de que todos os corpos seriam exumados e sepultados em outro local antes do enchimento do reservatório, nada disso foi feito.

Somente em Abril de 2006, depois de quatro longos anos de crescentes pressões por parte da população local, foi construído um dique que possibilitou o desvio da água e a retirada de 38 corpos do cemitério de adultos. Os restantes continuam submersos até hoje por estarem a profundidades maiores, impossíveis de acesso. Também não foram indenizados por danos morais (Trabalho de Campo realizado em Maio de 2007).

5.3 A Comunidade de Vila Buriti

Vila Buriti é uma pequena comunidade localizada no Município de Minaçu que também foi bastante prejudicada pela construção da UHE Cana Brava. A maior parte dos residentes de Vila Buriti, assim como os residentes de Vila Vermelho, desempenhava como mecanismo de sobrevivência as atividades de mineração juntamente com a agricultura. Com o enchimento do reservatório perderam, portanto, sua fonte de renda. Em entrevistas realizadas com moradores locais pôde-se perceber bem de perto o drama vivenciado nesta localidade.

"Antes eu era meeiro e trabalhava na fazenda do Sr.O, sempre trabalhei como meeiro e morava num barraco perto do meu trabalho. Hoje to morando na chácara que era do meu pai, mas lá não tem produção. Continuo sendo meeiro, fazendo roça nas fazendas que ainda têm plantaçaõ, só que elas ficam muito longe, o frete fica muito caro, tenho que tirar da minha produção, às vezes não compensa. Antes tinha o garimpo no verão pra trabalhar, pra poder comprar roupa, calçado, remédio, agora não tem mais" (ENTREVISTA realizada dia 26/05/2007, com Sr. J minerador e agricultor, residente no Município de Minaçu – Localidade Vila Buriti).

A maioria das áreas próprias para cultivo estava situada ao longo dos rios na área que foi inundada, deste modo, encontrar fazendas que ainda desempenhem funções agrícolas ficou bastante complicado depois da construção do reservatório. De acordo com o relato acima, quando se encontrava atividade agrícola em fazendas mais abastadas, o frete se tornava muito caro devido ao aumento da distância, desta forma muitos meeiros eram incapazes de arcar com esses gastos extras, sem condições, portanto, de trabalhar na propriedade.

Segundo entrevistas com moradores locais, para agravar ainda mais a situação da vila, a escola existente em Buriti acabou fechando depois da construção da barragem por falta de alunos. Muitos proprietários atingidos foram indenizados e acabaram se mudando após o enchimento da barragem, os professores ficaram sem emprego e também foram embora e a escola que antes chegou a ter mais de 70 crianças estudando, hoje não funciona mais. As crianças agora têm que estudar em Minaçu, geralmente vão de bicicleta e levam 40 minutos até a escola. Somente agora, recentemente a prefeitura de Minaçu começou a pagar uma combe para levar as crianças até a escola, contudo segundo relatos, a combe geralmente não vem e as crianças acabam perdendo muitas aulas durante o ano letivo (Trabalho de campo realizado em Maio de 2007).

6. Considerações Finais.

Muitos são os casos no Brasil de implantação de grandes projetos hidrelétricos que demonstram a menor preocupação com as questões sociais e ambientais. Buscamos com o caso de Cana Brava elucidar apenas um exemplo dessa realidade. É fato inquestionável a desestruturação social que esse empreendimento causou na região de sua implantação. Muitas famílias perderam suas fontes de sustento e renda, deixando transparente um quadro de empobrecimento e decadência regional.

Ao analisarmos estes casos de extrema exclusão social – inclusão precária provocados por construções de grandes barragens, pretendemos salientar, conforme demonstra o estudo de caso desenvolvido no capítulo anterior, que em muitos casos, as pessoas que residem fora da área de influência direta do projeto são tão ou até mais afetadas se compararmos as pessoas que residem na área do projeto. Por esse motivo, a política de reassentamento do BID está longe de se adequar às necessidades reais das famílias que possam se encontrar nessa situação.

Cabe ainda ressaltar as perdas irreparáveis, perdas qualitativas, extremamente singulares e de valor simbólico que de forma alguma conseguem ser matematizados ou quantificados, visto que estão fora da esfera do capital e inseridos na esfera dos signos e representações. Como pode ser percebido no relato abaixo de um Lavrador que nos contava, em nosso trabalho de campo, sobre como era sua vida antes e como ficou após a construção da barragem.

Perdi tudo, a gente que é lavrador, quando perde nossa terra, perde tudo, perde a vida. É muito difícil ter uma vida e de uma hora para outra tudo mudar, a gente não se acostuma não. Antes todo final de ano eu passeava com minha família, agora não tem mais dinheiro pra fazer isso. Não tenho dinheiro para me sustentar, recebi apenas R\$ 5.300,00 de indenização. Onde estou morando agora não tem estrada, não tem lugar para trabalhar, fico longe da minha mãe que é doente, tenho que visitá-la a cavalo, pois não tem transporte.

Meus filhos saíram de casa, minha família acabou, acabou tudo. [...] O que é mais difícil é você perder algo que é seu, que você conquistou com seu trabalho, tive que vender obrigado e agora fiquei sem nada, tenho que trabalhar para os outros, antes eu tinha meus gadinhos, agora tenho que cuidar dos gados dos outros, das coisas dos outros (ENTREVISTA realizada no dia 22/05/2007 com o Sr. N, ex-lavrador e ex-vaqueiro da fazenda São Miguel. Localizada no Município de Itapuã, atingido pela barragem de Cana Brava).

Sendo assim cabe questionar: quanto vale o prazer de se ter um convívio familiar? Quanto vale uma viagem de férias extremamente especial, programada minuciosamente todo fim de ano com a família? Quanto vale a ausência de uma mãe que antes estava sempre perto? Quanto vale tudo que um lavrador – vaqueiro conquistou durante mais de duas décadas de esforço e trabalho físico exaustivo? A esfera do capital e as medidas de compensação jamais poderão abarcar valores tão significativos.

Por fim, se faz necessário e urgente que as pessoas residentes ou ligadas de alguma forma às regiões onde vão ser implantados grandes projetos não sejam mais encaradas como entraves ao desenvolvimento, obstáculo a ser removido, e passem a ser percebidas como agentes políticos, capazes de construir junto com os empreendedores um processo de desenvolvimento social e ambiental mais justo e integrador.

7. Referências Bibliográficas.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998

BORTOLETTO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. GEOGRAFARES, Vitória, nº 2. p. 53-62.jun. 2001

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. Ed. HUCITEC: São Paulo, 1996. HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialidade à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005 São Paulo. Anais. Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M... [et al.]. (Orgs.). Território territórios. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002, p.17- 38.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. GEOgraphia, nº 7. Niterói: Programa de pós-graduação em Geografia, 2003.

MARTINS, José de Souza. Exclusão e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Renato D. Fialho. Território e luta: um estudo acerca dos movimentos de atingidos por barragens. 2005. 46f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Instituto de geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Raquel de Lucena e MARTINS, Renato D. Fialho. A construção de territórios e os movimentos de atingidos por barragens. Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, SP. 2005.

PINHEIRO, Daniele. Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da

Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROFMAN, Alexandro. Relación grandes proyectos–desarrollo regional. Una aproximación metodológica al enfoque global (Jornada “Aspectos metodológicos de la Evaluación de Grandes Proyectos y el desarrollo Regional), Buenos Aires, CEUR/CIESU, mimeo, 1987

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton. et al.. (Org.). Território territórios. 1 ed. Niterói, 2002, p. 10-15

SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos B. O conceito de atingido: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro: no prelo. 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil: p. 185 – 215. In:

Justiça ambiental e cidadania / Org.: Acselrad, H.; Herculano, S.; e PÁDUA, J., Ed.
Relume - Dumará, 2004

ZARUR, Jorge. Análises regionais - Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro.v.8.n.2.p.177-188.abr./jun.1946.

GRANDE BARRA. Produzido por produzido por Anna Ramos Milanez, Gracielle Machado e Juliane Bortolotti. Escrito por Anna Ramos Milanez, Lucas Nascimento e Marco Antônio Nunes.[2005]